

## QUESTÃO RACIAL E AFRICANIDADES NO CURRÍCULO DE SOCIOLOGIA

Francineide Melo Freire<sup>1</sup> – UERN [francineide\\_melo2012@hotmail.com](mailto:francineide_melo2012@hotmail.com)

Gerônimo de Paiva Silva<sup>2</sup> - UERN [geronimo\\_paiva@hotmail.com](mailto:geronimo_paiva@hotmail.com)

Judson Manoel de Sousa Silva<sup>3</sup> – UERN [manoeljud@hotmail.com](mailto:manoeljud@hotmail.com)

Luma Mikaelle Castro Neves<sup>4</sup> – UERN [lumamikaelle@gmail.com](mailto:lumamikaelle@gmail.com)

Karlla Christine Araújo Souza<sup>5</sup> – UERN [karlla\\_chris@yahoo.com.br](mailto:karlla_chris@yahoo.com.br)

### INTRODUÇÃO

A sociologia como disciplina, considerada obrigatória nos currículos do ensino médio desde 2008, possui um grande arcabouço teórico, porém, diferentemente de muitas disciplinas que têm seus currículos estabelecidos, ela ainda passa por um momento de definição de um currículo oficial que oriente todos os demais construídos.

As propostas curriculares vêm apresentando os aspectos da realidade social que o ensino de sociologia trará para que os alunos ampliem sua visão de mundo e criem sua própria crítica e uma reflexão das questões sociais. Trata-se de uma disciplina que tem uma abrangência de temas, conceitos e teorias (OCN, 2008) despertando assim um grande interesse nos seus alunos, principalmente quando são abordados temas do cotidiano dos alunos ou temas da atualidade e conseguem trazer importantes reflexões para a sala de aula, com a devida participação dos alunos.

Os conteúdos a serem trabalhados pelos professores de sociologia mostram a preocupação em o aluno se tornar um indivíduo participante e ativo da sociedade em que está inserido. Temas como diversidade cultural, o poder do estado, direitos e deveres, entre outras problemáticas abordadas que giram em torno da cidadania, tanto do passado quando do presente, despertam o movimento de interesse e estranhamento nos seus alunos. Dentro da abrangência de temas que são abordados, está a questão “racial”, tema esse a qual pretendemos delimitar nesse artigo.

A Lei N° 10.639/03 tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileiras nas escolas públicas e privadas de todo o país. Mas a lei não se faz sozinha, ela não foi

---

<sup>1</sup> Bolsista PIBID Ciências Sociais/UERN/CAPES

<sup>2</sup> Bolsista PIBID Ciências Sociais/UERN/CAPES

<sup>3</sup> Bolsista PIBID Ciências Sociais/UERN/CAPES

<sup>4</sup> Bolsista PIBID Ciências Sociais/UERN/CAPES

<sup>5</sup> Coordenadora PIBID Ciências Sociais/UERN/CAPES

simplesmente posta no papel, foi uma grande conquista do movimento negro, uma luta que está presente há décadas na nossa história e cultura brasileira. O presente trabalho tem como objetivo norteador discutir o que atualmente está sendo trabalhado nas escolas de Mossoró. Sobre a questão da cultura afro-brasileira em relação ao conteúdo curricular de sociologia, de que maneira os currículos estão apontando métodos e conteúdos para tratar este tema? Como o currículo está sendo aplicado pelos professores visando a implementação da lei N° 10.639/03? Quais os maiores desafios dos docentes em relação à aplicação do conteúdo obrigatório? Vamos responder essas inquietações a partir de estudo bibliográfico acerca do tema, analisando propostas curriculares em diferentes estados do Brasil, bem como relatos de experiências na escola estadual Moreira Dias na cidade de Mossoró-RN, escola parceira do PIBID Ciências Sociais.

## **METODOLOGIA**

Para nos auxiliar na abordagem do tema, analisamos os currículos de sociologia de alguns estados brasileiros, onde podemos identificar o déficit de argumentos e eixos temáticos voltados para a lei 10.639/03, assim como as OCN também priorizam os temas clássicos da sociologia, criando assim uma lacuna, sobre as questões étnicas e raciais nas escolas brasileiras.

Trazemos então a essa discussão um trabalho desenvolvido pelos alunos do 4º período, do curso de Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, que são também alunos bolsistas do Programa Institucional de Iniciação a Docência (PIBID/Ciências Sociais). Foi desenvolvido um roteiro de entrevista para ser aplicado, na escola Estadual Moreira Dias da Cidade de Mossoró-RN, visando traçar um panorama sobre os conhecimentos da lei 10.639/03, e sua aplicabilidade nas escolas citadas. As questões foram as seguintes: 1º A lei é desenvolvida dentro da sala de aula?; 2º Em quais disciplinas a lei é desenvolvida?; 3º Como se dá esse processo de ensino-aprendizagem da lei?; 4º Quais as dificuldades encontradas para desenvolver a lei?; 5º Qual a importância na manutenção da lei, visto de uma visão social e cultural?; 6º Como a questão racial é tratada no currículo da disciplina de Sociologia?

Estas perguntas foram feitas a um representante da direção das escolas e representantes de professores e alunos.

## RESULTADOS

Nos currículos de sociologia que já são oficiais, como o do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Distrito Federal e alguns outros, nota-se a falta de conteúdos que envolvam questões que evidenciem a importância de discutir o preconceito, a exclusão e formação cultural, isto é, as africanidades. O racismo acaba sendo uma expressão perigosamente sutil no cotidiano dos alunos, nas piadinhas, nos apelidos, nas atitudes de discriminação, quando das escolhas para parcerias escolares. Entretanto, não se restringe aos alunos, os professores também sentem receio em abordar temas que possam gerar discussões sobre culturas de origem afrodescendente. Superar o problema da discriminação racial na educação não é colocar capoeira, cabelo com trancinha ou feijoada no currículo, deve até passar por isso, mas deve antes passar pelo compromisso dos educadores em tentar qualificar os seus alunos negros para as mesmas posições ocupadas pelos alunos oriundos dos outros segmentos étnicos.

Nossa preocupação com os currículos se dá pelo fato de que este serve como mais um subsídio para trabalhar problemáticas que são necessárias para se formar um caráter crítico reflexivo nos alunos, através dos quais eles poderão ver as diversas maneiras de compreender e transformar o meio em que vivem.

Nos currículos por nós analisados, percebemos que através do estudo da antropologia, trabalhada no currículo de sociologia, estabelece-se um vínculo mais aprofundado com a questão racial, que, apesar de pouco trabalhada como um tema independente nos currículos estudados, apresenta-se associado à questão da diversidade, tema geral de grande importância ao desenvolvimento das competências necessárias ao aluno do Ensino Médio.

A questão racial, que ainda não foi superada em nossa sociedade, gera grandes discussões e ainda é motivo de muitos preconceitos que precisam ser transformados. O acesso às questões étnicas raciais acaba sendo restringido por meio de políticas que prejudicam a desnaturalização do (pre)conceito na nossa sociedade de que pessoas brancas são mais importantes que as negras. A falta de tópicos ligados ao racismo nos currículos escolares mostra essa deficiência por parte do ensino.

Na pesquisa empírica, vimos professores que trabalham a etnia através de tópicos que permitem a menção de questões que dizem respeito à discriminação racial. Mesmo que os livros didáticos não tragam em seu conteúdo capítulos que mostrem a violação

dos direitos de outras pessoas por julgarem a cor da pele, mesmo com a ausência do tema no currículo, a prática docente tende a se encaminhar para uma superação do problema. Ao professor de Sociologia, torna-se necessário fazer da escola um lugar que compreenda e se sinta parte da sociedade, transformando-a.

Agora vamos relatar sinteticamente os resultados da pesquisa na escola de Mossoró. As respostas da direção da escola foram positivas para todas as questões feitas a ela, visto que segundo ela existe uma realidade produtiva acerca da lei, a escola tem conhecimento da lei e desenvolve a mesma, contendo em suas práticas pedagógicas a realização de projetos como, aula de campo e peças teatrais onde os alunos podem vivenciar e aprender acerca do processo de escravidão... Etc. A gestão nos passou uma visão de algo que é esperado pelo governo, porém não existe na prática formalizada através do currículo. Ainda em suas respostas ela mencionou o nome do professor de história que segundo ela seria o precursor e principal praticante da lei 10.639/03. Assim buscando comparar o que disse a direção com o que realmente acontece em sala de aula entrevistamos o professor citado pela direção, e para nossa surpresa as respostas foram todas contrárias as da diretora (os questionamentos foram os mesmos, para a direção e para o professor), segundo ele existe essa lei apenas no PPP (projeto político pedagógico), mas na realidade ela não é colocada em prática, a escola não fiscaliza, não há tempo de ser trabalhada dentro do currículo da disciplina, e espaço ensino-aprendizagem não existe, pois o governo não dá condições materiais, muito menos condições curriculares, pois a grade exige muito do professor, deixando o mesmo impossibilitado de aplicar essa lei.

## **DISCUSSÃO**

Pensar e discutir questões étnicas e raciais nas escolas ainda é um tabu que precisa ser quebrado, e vem sendo acompanhado pelos grupos de movimentos negros, que tiveram uma grande conquista com a aprovação da lei 10.639/03, que alterou a LDB e incluiu no currículo oficial dos estabelecimentos de ensino básico das redes públicas e privada a obrigatoriedade do estudo da temática História e Cultura Afro-brasileira. Para tentarmos desmistificar esse assunto que é tratado com uma visão etnocêntrica, e de forma preconceituosa por vários meios de comunicação a serviço dos detentores do poder, precisamos começar pela escola:

Compreendemos que a educação, assim como os recursos econômicos produzidos na sociedade brasileira, é distribuída de forma desigual. Investe-se muito pouco nas escolas públicas que atendem a população pobre. E, visivelmente, é neste segmento da população que se encontram, em sua maioria, os afrodescendentes. Mesmo diante do grande descaso pelo poder público, as classes subalternizadas ainda vêm na educação um meio para ascender socioeconomicamente. (SILVA E SILVA, 2013,p.167)

Torna-se de fundamental importância que o currículo de Sociologia não seja restrito ao desenvolvimento de técnicas e competências inerentes ao instrumental curricular. Nesse sentido, o currículo precisa apresentar as concepções da sociedade e da política presentes na abordagem que o profissional irá seguir. Logo, uma discussão sobre o currículo da disciplina de Sociologia no ensino médio, que contemple também a formação prática do professor de Sociologia, exige contextualizar o desafio representado pela questão racial e pelo racismo. Problematizar o racismo dentro da escola é fundamental, ainda, porque a população pobre “*não ver por vezes, seus conhecimentos representados no cotidiano escolar. (...)*” (SILVA E SILVA, 2013, p.167).

Sabe-se que os índices de pessoas pardas, brancas e negras no país são bastante próximos, no entanto, a questão racial continua sendo alvo de preconceito e intolerância. Ainda é possível ver muitos constrangimentos e violência da parte de uma grande população que se considera branca e, por conseguinte, superior às demais, principalmente a negra, que, apesar do grande sofrimento que seus antepassados já passaram durante a escravidão e os regimes excludentes, são ainda obrigados a vivenciarem uma exclusão silenciosa nos dias atuais:

Assim como [este] imenso Baobá, a cultura africana figura no cotidiano da vida brasileira. As sombra refrescante, produz referências, penetra raízes profundas, alimenta o solo com suas folhas e traduz a persistência da existência. Ninguém o diria africano, sobretudo porque ele não é mais. Incorporou-se a nosso cotidiano e representa parte do nosso conhecimento. Não temos como saber tudo que ele sabe, nem na extensão daquilo que ele representa como símbolo, como natureza, como parte da paisagem viva. Isto, contudo não nos impede de procurar investigar tudo em todas as épocas que se passou com ele, em torno dele. (CUNHA JÚNIOR, 2013, p.23)

Diante de tantas histórias silenciadas, é fundamental pensar e compreender a importância de tratar sobre o assunto no currículo de Sociologia, contextualizando a maneira como este assunto é visto na sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos quão grande é a distância entre o discurso político da escola e a realidade vivenciada na prática. Fica visível pelo relato deste trabalho que a necessidade de se vivenciar a questão racial é urgente, deve-se também pensar a lei como uma medida coercitiva e que sem uma punição para o seu não cumprimento ela se torna inoperante. Orientar os alunos e esclarecê-los sobre as suas raízes e sua história, contada a partir de uma visão científica e não de forma eurocêntrica, é dar ao aluno o direito de conhecer a ele mesmo.

Quanto à elaboração e construção de um currículo de sociologia, deve ocorrer no seio da escola, e com a participação de toda a comunidade escolar, e que tenham voz os representantes das diferentes, etnias, gêneros, comportamentos, religiões e movimentos sociais. O mediador dessa discussão sobre currículo deve ser o professor de sociologia, ele é incumbido de instigar a discussão, mobilizar a escola, e trabalhar com os alunos essa problemática. Visando sempre a diversidade de conteúdos. O professor de sociologia deve contribuir para que tenhamos um currículo democrático e participativo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Orientações Curriculares Nacionais**. Vol. 3 Brasília: Ministério da Educação, 2008.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Diversidade Etnocultural e Africanidades**. In: JESUS, R de F. de; ARAÚJO, M da S.; CUNHA JÚNIOR, H (orgs). Dez anos da Lei Nº 10.639/03: memórias e perspectivas. Fortaleza: Edições UFC, 2013, p. 23 – 46.

SILVA, N. P. da; SILVA, L. S. da. **A lei 10.639/03 No cotidiano Escolar: Reflexões sobre microações afirmativas no Município de São Gonçalo-RJ**. In: JESUS, R de F. de; ARAÚJO, M da S.; CUNHA JÚNIOR, H (orgs). Dez anos da Lei Nº 10.639/03: memórias e perspectivas. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

Governo do Distrito Federal; Secretaria do Estado de Educação; Subsecretaria de Educação Básica. **Sociologia**. In: Currículo da Educação Básica – Ensino Médio. Brasília: s/d, p. 181-190.

Governo do Estado do Rio de Janeiro; Secretaria de Estado de Educação. **Currículo Mínimo de Sociologia**. Rio de Janeiro, 2012.

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Proposta Curricular do Estado de São Paulo- Sociologia**. São Paulo: s/d, p.1-8.